# DO HONRADO AO SEM VOCAÇÃO: DIFERENTES REPRESENTAÇÕES DE PROFESSORES NA PROVÍNCIA DE GOIÁS.

Suzana Lopes de Albuquerque[1] (IFG)
Karla Rodrigues Mota[2] (IFG)
Amanda Lohane Miranda[3] (IFG)
Fabrícia Rejane Gomes da Silva[4] (IFG)

## Resumo

A presente proposta insere-se no campo da História da Educação, centrando a reflexão em torno dos métodos e práticas de ensino presentes no cenário brasileiro, e especificamente, na província goiana, nas últimas décadas do Império. Ao adentrar em contato com as fontes, observa-se a necessidade da discussão na relação entre métodos de ensino e a trajetória dos professores circulados na província goiana nos Oitocentos. Diante da preocupação com a "modernização do ensino", previamente levantados nos relatórios dos presidentes da província de Goiás, buscou-se analisar as diferentes representações lançadas aos professores. As fontes analisadas serão os relatórios dos presidentes de província de Goiás e mapas da Instrução Pública e apontam para diferentes representações do professor, desde os considerados "sem vocação" até os "premiados" com idas à Corte. Nesse estudo será investigada a participação do representante da província goiana, Feliciano Primo Jardim, no curso de Antonio Feliciano Castilho, autor de um novo método de ensino para alfabetização, ministrado na Corte brasileira. Abreu (2008) levantou a representatividade goiana na Corte. O objetivo de tal estudo é trazer visibilidade à esse professor representante, tentando responder a questões sobre sua identidade, atribuições, aulas, motivos de escolha para tal ofício, dentre outras.

**Palavras-chave**: Instrução Pública. Professor. Feliciano Primo Jardim.

## Introdução

O presente artigo é um desdobramento das discussões levantadas pelo grupo de pesquisa "Caminhos da Educação em Goiás: vestígios de materiais e métodos de ensino nas escolas de primeiras letras Oitocentista" e problematiza as representações lançadas aos professores na escola imperial, a partir de uma leitura das fontes oficiais dos relatórios dos presidentes de província e de alguns mapas da Instrução Pública.

Alguns trabalhos atuais têm apontado representações lançadas à esses professores na província goiana. O trabalho de Prudente (2011) trouxe visibilidade às professoras públicas da Cidade de Goiás, tratando do papel secundário das mulheres e dos dados fragmentados ou o silêncio sobre elas.

1 Mestre em Educação. Professora do curso de Licenciatura em Química, Instituto Federal de Goiás – Anápolis /,GO
2 Graduanda em Licenciatura em Química, Instituto Federal de Goiás – Anápolis (GO)/Bolsista Voluntária PIBIC
3 Graduanda em Licenciatura em Química, Instituto Federal de Goiás – Anápolis (GO)/Bolsista Voluntária PIBIC
4 Graduanda em Licenciatura em Química, Instituto Federal de Goiás – Anápolis (GO)/Bolsista Voluntária PIBIC

Abreu (2006) apresentou um panorama da atuação dos professores na província goiana apontando a intervenção por parte do Estado na constituição desse perfil a partir da criação de regras de uniformização e seleção.

A proposta desse escrito é contrastar as representações lançadas aos professores, em sua maioria como sujeitos "sem vocação" ou "dom", despreparados, inabilitados para o magistério com a representação lançada ao professor Feliciano Primo Jardim, apresentado nos relatórios como sujeito capaz de representar a província em cursos na Corte por sua inteligência, aplicação, zelo e boa conduta.

Para Bloch (2001) a primeira necessidade de qualquer pesquisa histórica bem conduzida é a imposição de um questionário. Pensando com Bloch (2001), esse questionário revela a necessidade de fazer a fonte "falar", a partir de questionamentos como: O que faz um professor ser considerado exemplo e escolhido como representante da província? Quais motivos levaram à essa posição de destaque e diferenciação em relação à representação lançada aos outros professores?

A proposta da Escola dos *Annales*, empreendida por Febvre e Bloch, possibilitou uma contraposição entre a história tradicional enraizada nos grandes homens e fatos e a compreensão de toda vivência humana como portadora de história. A análise de evidências da atividade cotidiana humana que produz e é produzida por uma cultura escolar, em detrimento da narrativa de grandes fatos e homens, evidencia a necessidade de um alargamento das fontes.

Dessa forma, visando uma ruptura com a história tradicional ao ampliar nosso olhar sobre os documentos e registros oficiais e ao reportar-se à "história vista de baixo", com questionamentos sobre as pessoas comuns e com sua experiência da mudança social, tal escrito propõe examinar a vida e contribuição de um professor de instrução primária que envolveu-se em vários caminhos da educação.

## 1. A representação dos professores na província de Goiás

A análise dos relatórios dos presidentes de província goiana aponta para uma representação de professores pautada em carência, falta (vocação, formação) e incompletude, sendo unânime o discurso sobre a falta de conhecimento, habilitação e "dom" dos professores como a causa do insucesso da Instrução Pública. Utilizando dessa representação de faltas, justificava-se a necessidade de reformas na instrução, já que muitos professores primários, considerados "sem dom e nem vocação", tornava necessária a "reforma do ensino na instrução primaria e secundaria" (Relatório dos presidentes de província, 1867).

Um dos inúmeros exemplos de relatório em que o professor é representado em suas "faltas" é o do Dr. Joaquim Ignacio Ramalho, de 1846, que aponta a existência de professores com pouco conhecimento e a necessidade de uma boa escola para habilitação do professorado, além de uma inspeção mais severa e eficaz para um melhor aproveitamento da Instrução Pública.

Observa-se a busca por um maior controle e fiscalização no trabalho do professor como possibilidade de melhorias da Instrução. Seria uma tentativa de adaptar o professor "sem vocação" aos moldes de um professor bem conceituado como o Feliciano Primo Jardim, que será melhor apresentado nesse trabalho.

Tratando desse controle e fiscalização na província da Parahyba do Norte, Cury (2006) elencou inúmeras obrigações dos mestres como: "cumprimento rigoroso de horários de entrada e saída das aulas, tempo de duração dessas, métodos a serem aplicados, conteúdos a serem ensinados, orientação sobre os castigos que devem ser aplicados sem excessos, dentre outros" (CURY, 2006, p.57)

Pela leitura dos relatórios, observa-se uma forma de premiação para os professores que conseguiam aumentar seus números de alunos e a inabilitação de alguns que fracassavam em tal missão. Constata-se a liberação da "elevação do ordenado do professor de latim que tem suas aulas muito frequentadas" bem como a "inabilitação do professor de Francês de exercer o magistério" (Relatório do presidente de Goiás, 1854). A questão da evasão que perpassava por várias questões sociais lograva punição no ofício de ser professor.

Para além da análise dessa punição do professor "sem vocação", que não conseguia aumentar seu número de alunos, observa-se a premiação para os professores que conseguiam êxito nas estatísticas quantitativas de suas turmas. A lógica perversa da produtividade a partir de dados quantitativos, desconsiderando as várias questões sociais que perpassavam a relação de permanência na escola, eram marcas punitivas do trabalho do professor.

Para além da precariedade na habilitação, os relatórios apresentavam outras situações precárias na prática dos professores na instrução primária. No relatório do presidente Dr. Francisco Januario da Gama Cerqueira, é pontuado "o número de escolas insuficientes na instrução primaria, professores mal retribuídos e mal habilitados" (Relatório do presidente de Goiás, 1858).

Outra situação criticada no relatório era a falta de conhecimento e uso por parte dos professores de métodos de ensino inovadores. Segundo relatos, "os professores atuais não possuem noções de métodos mais aperfeiçoados para o ensino primário se limitando ao método individual" (Relatório do presidente de Goiás, 1859).

Reclamavam-se do método individual de ensino, afirmando que a maneira pela qual estava organizada a escola, com o professor ensinando cada aluno individualmente, mesmo quando sua

classe era formada por vários alunos, "impedia que a instrução pudesse ser generalizada para um grande número de indivíduos, tornando a escola *dispendiosa* e pouco *eficiente*" (FARIA FILHO & VIDAL, 2005). Dessa forma, buscavam uma escola "mais rápida, mais barata e com um professor mais bem formado" (FARIA FILHO & VIDAL, 2005, p.47).

Na análise dos relatórios, depara-se com a atribuição da responsabilidade pelo estado crítico da Instrução ao professor já que, o "estado de instrução primaria nesta província ainda se encontra em estado crítico, o ensino deixar a desejar por parte dos professores" (Relatório do presidente de Goiás, 1870).

## 2. Em cena: Professor Feliciano Primo Jardim

Na análise dos relatórios dos presidentes de província, deparamos com a citação de um professor cujas representações causaram-nos estranheza por diferenciarem das inúmeras "faltas" e carências.

A representação lançada ao professor de primeiras letras da única escola em 1846 na capital do Império, Feliciano Primo Jardim, estava marcada por elogios. De acordo com os dados da Secretaria do Governo da Província, no mapa de 27 de abril de 1846, "havia apenas uma escola para o sexo masculino na capital, regida pelo professor padre José Ribeiro Dantas de Amorim com 31 alunos; no mapa de 30 de abril de 1847, continuava havendo uma única escola, regida pelo professor Feliciano Primo Jardim, mas com um aumento significativo do número de alunos" (Anexo do Relatório do Presidente de Província, 1846).

O aumento significativo de alunos apresentado no relatório é um dos motivos de uma representação honrosa do professor. Sua busca por uma melhor formação através da matrícula em disciplinas do Liceu, enquanto não havia ainda um Curso Normal para uma preparação de professores também foi um motivo de elogios no trabalho de Vieira.

> Antes da criação da Escola Normal, encontramos professores da escola primária fazendo cursos no Liceu e como não encontramos nenhum regulamento que os obrigassem a isso, entendemos que, já naquela época, existiam pessoas que faziam do "ser professor", uma profissão, como o caso de Feliciano Primo Jardim. Esse professor nos chamou a atenção por ter tido a preocupação de adquirir conhecimentos e metodologias para ensinar na escola primária,quando em Goiás não existia uma Escola Normal, considerada apropriada para preparar professores. Vimos isto como uma transformação do olhar desse professor sobre o próprio trabalho, ou seja, sobre a própria (VIEIRA, 2007, p.209).

O professor Feliciano Jardim também esteve ocupado com a função de inspetor paroquial, conforme mostrado no manuscrito relatório da Instrução Pública abaixo.

Attesto que forão freqüentes no exercício de seus empregos os Professores de instrucção primaria d'esta Parochia Francisco de Assis Correia, Francisco Gomes Machado, D. Angélica de Souza Lobo, e professor adjunto Francisco de Arruda Fiacho. Goyaz 11 de Maio de 1858. Feliciano Primo Jardim - Inspector Parochial (Documento manuscrito avulso do Arquivo Estadual de Goiânia, Ano:1858, Caixa:123).

As críticas referentes à falta de conhecimento de métodos de ensino nas diferentes províncias, resultaram na vinda de Antonio Feliciano Castilho para ministração de um curso na corte brasileiro, com a representação de diferentes professores das províncias brasileira.

A província de Goiás também teve um representante para tal curso. Abreu (2008) registrou o momento em que o presidente da província de Goiás, Antonio Candido da Cruz Machado, enviou à corte o professor de primeiras letras de instrução pública, Feliciano Primo Jardim, para aprender o referido método com o próprio Castilho, e depois aplicá-lo nas escolas goianas (Relatório de 1855).

Quando o representante chegou à Corte, porém, Castilho já não se encontrava. O professor Feliciano P. Jardim[5] iniciou uma série de relatos sobre suas visitas às escolas da Corte, e constatou que os professores da rede pública da corte estavam em processo de transição entre o método mútuo e o simultâneo. Era um período de implantação do método simultâneo, por isso, muitas escolas por ele visitadas eram regidas pelo método misto e, em todas elas, encontravam-se monitores de classes. As aulas obedeciam ao som da campainha e aos sinais dos monitores que se sentavam ao lado do professor.

Albuquerque (2013) apontou vários motivos que levaram à suspensão do ensino de Castilho na Corte. Talvez por essa interrupção do curso, justifica-se o desencontro entre o Castilho e o representante da província goiana, enviado para tal curso; diferentemente do encontro relatado pelo representante alagoano, apontado nesse estudo.

Abreu (2006) aponta para a não adoção do método Castilho nesse contexto na província goiana, apesar de constatar melhor resultado em um mesmo espaço de tempo. Abreu aponta para a conclusão do professor Feliciano P. Jardim:

se o método Castilho não podia ser admitido na corte, onde o próprio autor o explicou a vários professores, muito menos o seria na província de Goiás (Relatório do professor Feliciano Primo Jardim). O presidente da província concluiu que o método Castilho não poderia ser adotado em Goiás, uma vez que não havia na província professor habilitado para aplicá-lo nem rendas provinciais suficientes para adquirir todos os utensílios exigidos para a adoção dessa metodologia (ABREU, 2006, p.196).

Os representantes provinciais enviados à Corte, assim como os respectivos presidentes divergiram em relação à adoção do método e à concepção de infância daí decorrentes.

[5] Relatório do professor Feliciano Primo Jardim. Documento manuscrito avulso do Arquivo Histórico Estadual de Goiânia. Ano: 1858, Caixa: 123, Ano: 1858.

Tendo-se reconhecido a vantagem do methodo de ensinar a ler e escrever, que o conselheiro Antonio Feliciano de Castilho está propagando na capital do imperio, e considerando que o professor da 1.ª aula de instrucção primaria desta cidade Feliciano Primo Jardim por sua intelligencia, applicação, zêlo, e bôa conducta estava nas circunstancias de bem comprehende-lo, e pô-lo em pratica n´esta provincia, e convindo que fosse estuda-lo com o proprio autor, resolvi por acto de 21 de julho incumbi-lo dessa commissão com a gratificação mensal de 100$000 réis, e marquei-lhe o prazo de oito mezes para ida, estada, e volta, ficando o mesmo obrigado a não pedir demissão do emprego trez annos depois, e a ensinar pelo referido methodo, como fosse determinado pelo governo; incumbi-o tambem de examinar os compendios admittidos no ensino primario da côrte, quer pelo methodo Castilho, quer pelo actual, e de enviar um relatorio circunstanciado, em que mencione o preço, e quantidade dos compendios, e mais objectos, que forem precisos. Tinha de submetter este acto á aprovação da assemblea legislativa provincial (Relatório do presidente de província,1855).

Dessa forma, tentou-se mapear um pouco da trajetória desse "honrado" professor que, além desse ofício, trilhou por caminhos da inspetoria, com participação em cursos de capacitação em âmbitos locais e nacionais.

## Conclusão

Um olhar de "longa duração" nas representações acerca do professorado na província goiana permite pensar nas permanências e rupturas na identidade dessa atual categoria. O desafio é a ruptura com a crítica lançada aos professores enquanto seres incompletos e olhar para o atual educador enquanto "educador-luz, testemunhos vivos de formas concretas de realização humana, de integração progressiva, seres imperfeitos que vão humanizando-se, tornando-se mais simples e mais profundos ao mesmo tempo" (MORAN, 2012). A incompletude e necessidade de humanização estão intrínsecas nas relações que perpassam a educação.

A motivação individual e busca de formação levou o professor Feliciano Jardim trilhar por vários espaços com posição de destaque, em um contexto de falta de políticas públicas para formação adequada de todo o professorado. Para além do elogio desse exemplo de professor "honrado", observa-se que historicamente, movimentos de busca pela valorização e formação de professor rumo à constituição de uma identidade e de uma profissão foram ganhando espaço até os dias atuais. Essa luta ainda é um objeto de disputas e poder.

## Referências


ABREU, Sandra Elaine Aires de. *Tempos e espaços escolares nas escolas de primeiras letras da província de Goiás no século XIX*. Revista Educação & Mudança, v. 20/21, p. 90-106, 2008.
_____. A instrução primária na província de Goiás no século XIX. Tese de doutorado, PUC-SP, 2006.

ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de. *Os embates na apropriação do Método Castilho em território brasileiro:* leitura das fontes das províncias Alagoana e Goiana. Comunicações do XXI EPENN. Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste. Recife-Pernambuco, 2013.

BLOCH, Marc. *Apologia da história*, ou, O ofício do historiador. RJ: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, Peter (org). *A escrita da história:* novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CURY, Claudia Engler. *Métodos de Ensino e Formas de Controle sobre o Cotidiano Escolar na Instrução Pública da Parahyba do Norte (1835-1864)* In MACHADO, Charliton José dos Santos. Pesquisa e historiografia da educação brasileira. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. *As lentes da história:* estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

MORAN, José Manuel. *A educação que desejamos:* novos desafios e como chegar lá. Campinas, SP: Papirus, 2012.

PRUDENTE, Maria das Graças Cunha. *O silêncio no magistério:* professoras na Instrução Pública na província de Goyaz, século XIX. In BARRA, Valdeniza Maria Lopes da (Org). Estudos de história da educação de Goiás (1830-1930). Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2011.

VIEIRA, Domingos Vanda. *Goyaz, século XIX:* as matemáticas e as mudanças das práticas sociais de ensino. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro: [s.n], 2007.


### Relatórios


Relatorio que a' assemblea legislativa de Goyaz apresentou na sessaõ ordinaria de 1846 o exm. Presidente da mesma provincia doutor Joaquim Ignacio Ramalho. Goyaz, Typ. Provincial, 1846.

Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1854 o presidente da Província Antonio Candido Da Cruz Machado.

Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1855 o presidente da Província Antonio Candido Da Cruz Machado.

Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de Goiás na sessão ordinária de 1858 pelo exm. Presidente da província. Dr. Francisco Januario da Gama Cerqueira.

Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1859 o presidente da Província Francisco Januario da Gama Cerqueira.

Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de Goiás na sessão ordinária de 1867 pelo exm. Vice Presidente da província. Dr. João Bonifacio Gomes de Siqueira.

Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial de Goiás apresentou na sessão ordinária de 1870 o presidente da Província Ernesto Augusto Pereira.